

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/ME nº 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.006.658

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 06 de Agosto de 2024
 A União Química Farmacêutica Nacional S.A., sociedade por ações de capital aberto (Categoria B - CVM), com sede na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-095, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.665.981/0001-18 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma de videoconferência "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 06 de agosto de 2024, às 10h30min, para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia (pauta única): (I) proposta da administração referente à distribuição proporcional de Juros Sobre Capital Próprio referente ao exercício social de 2024. Consoante o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas e de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar da Assembleia Geral que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereço eletrônico ri@uniaoquimica.com.br, de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante a assembleia.

Embu-Guaçu, 12 de julho de 2024.
 Paula Melo Suzana Gomes - Presidente do Conselho de Administração.

Captalys Companhia de Crédito

CNPJ/ME nº 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada em 25/07/2024
 Ficam convocados os debenturistas da **Captalys Companhia de Crédito** ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, na forma prevista nos Arts. 71, § 2º e 124 da Lei nº 6.404/76, e em observância à cláusula 5.1 "y" do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Captalys Companhia de Crédito, celebrada em 28/04/2021 ("Escritura de Debênture") a comparecerem à Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no dia 25/07/2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Microsoft Teams, devendo o acesso ser solicitado ao endereço eletrônico administrativo blanchettlaw.com.br até 24/07/2024 às 17 horas (horário de Brasília), acompanhada da identificação do debenturista ou seu representante legal, para deliberar sobre a substituição dos auditores independentes da Companhia e de suas controladas. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, mediante solicitação prévia enviada para o e-mail administrativo@blanchettlaw.com.br, São Paulo, 17/07/2024. **Presidência do Conselho de Administração.** (17, 18 e 19/07/2024)

Avelino Corrêa Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.

CNPJ 44.798.254/0001-72

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais, apresentamos as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2023

ATIVO	Balança Patrimonial Encerrado em 31/12/2022 e 31/12/2023 - Em R\$ 1,00		PASSIVO	Demonstração do Resultado - Em R\$ 1,00	
	2022	2023		2022	2023
Circulante	196.501.907,24	237.633.625,11	Circulante	2.340.937,70	2.750.181,46
Caixa e equivalentes	24.843.624,86	67.722.798,90	Fornecedores	1.488.173,90	1.307.109,45
Imóveis p/ Venda	149.844.407,40	149.844.407,40	Obrigações Trabalhistas	85.099,96	104.652,11
Contas a Receber	-	-	Obrigações Tributárias	767.663,84	1.338.419,90
Tributos a Recuperar	277.755,85	280.278,30	Não Circulante	4.616.849,77	-
Ações	20.409.742,67	19.762.967,30	Créditos a Longo Prazo	362.435,07	-
Outras Disponibilidades	-	-	Obrigações Estatutárias	4.254.414,70	-
Outros Créditos	1.126.376,46	23.573,21	Patrimônio Líquido	202.702.683,47	247.207.258,22
Não Circulante	13.158.563,70	12.323.814,57	Capital Social	140.000.000,00	140.000.000,00
Investimentos	1.064.700,00	-	Reserva Legal	12.325.957,07	14.551.185,81
Outros Créditos	12.093.863,70	12.323.814,57	Reservas de Lucros	48.417.741,50	90.697.087,51
Total do Ativo	209.660.470,94	249.957.439,68	Ajustes Avaliação Patrim.	1.958.984,90	1.958.984,90
DPLA - Em R\$ 1,00	2022	2023	DPLA - Em R\$ 1,00	2022	2023
Saldo inicial do exercício	-	-	Transferências	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	para reserva legal	(2.211.356,64)	(2.225.228,74)
Lucros acumulados	-	-	Transferências para reserva de lucros	(42.015.776,22)	(42.279.346,01)
incorporados ao capital	-	-	Dividendos distribuídos,	-	-
Reversão de reserva de lucros	-	-	pagos ou creditados	-	-
Resultado do exercício	44.227.132,86	44.504.574,75	Saldo acumulado	-	-
As demonstrações financeiras completas, conteúdo Notas Explicativas encontram-se disponíveis na sede da Empresa.			Gustavo Avelino Corrêa - Diretor Presidente - CPF: 249.497.948-09 Valtencir Nicastro - CRC: 1SP 160844/O-7		

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/ME nº 29.938.085/0001-35 - NIRE nº 35300514611 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 14 de junho de 2024, às 18h00, na sede social da Companhia, localizada na Estrada de Itapericica, 4157, bairro Capão Redondo, São Paulo/SP. **2. PRESEÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: (I) A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; (II) Conforme atribuição prevista no artigo 6º, inciso (xviii), do Estatuto Social da Companhia, a celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 003/2018, a ser firmado entre a Companhia com o Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos, para a realização de estudos de viabilidade das obras necessárias à Extensão da Linha 5 até Jardim Ângela, conforme termos e condições apresentadas nesta assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 14 de junho de 2024. **Assinaturas:** Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: (1) **CCR S.A.**, por Marcio Magalhães Hannas; e (2) **RUASINVEST S.A.**, por Paulo José Dinis Ruas e por Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. **Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil e Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.** JUCESP nº 262.139/24-0 em 11.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ticket Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 47.866.934/0001-74 - NIRE 35.300.142.560

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede da **Ticket Serviços S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Ruth Cardoso, 7815, 6º andar, bloco Torre II, Pinheiros, CEP 05.425-905. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estarem presentes à assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia, por videoconferência, nos termos do Art. 124, §2º-A da Lei das S.A., conforme inclusão realizada pela Lei 14.030/2020. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Alexandre Rappaport. Secretário: Sr. Alaar Barra Aguirre. **4. Publicações:** Em conformidade com o disposto no Artigo 133, §4º, da Lei das S.A., o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicados na forma digital e impressa no Jornal O Dia SP, página 11, edição de 30 de abril de 2024. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) a fixação do montante global de remuneração dos Diretores da Companhia. **6. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral, após a leitura dos documentos referidos no Artigo 133 da Lei das S.A., discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia, as acionistas, sem quaisquer restrições e por unanimidade de votos, decidiram: 6.1. Aprovar o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Fluxo de Caixa e os Relatórios da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, da forma como foram publicados. 6.2. Aprovar a destinação do Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 358.272.010,43 conforme abaixo detalhado: (i) R\$ 17.763.600,52 correspondente ao percentual do lucro líquido destinado à Reserva Legal, na forma do Artigo 193 da Lei das S.A.; (ii) R\$ 337.508.409,91 destinado à Reserva de Lucros. 6.2.1. Os acionistas, nos termos do art. 202, §3º, inciso II, da Lei das S.A., resolvem reter o lucro líquido da Companhia referente ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, conforme acima detalhado, sendo que, na próxima reunião do Conselho de Administração, prevista para junho deste ano, será feita uma nova avaliação sobre o tema, a fim de que Companhia possa resolver pela distribuição de dividendos extraordinários. 6.3. Aprovar o montante global de remuneração da administração da Companhia para o exercício social de 2024 no valor de R\$ 4.883.238,00 nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A. **7. Aprovação e Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente Ata, a qual, lida e aprovada, será assinada pelos presentes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, considerando a participação por videoconferência. Mesa: Alexandre Rappaport - Presidente; Alaar Barra Aguirre - Secretário. Acionistas: Ederred Brasil Participações S.A. (p.p. Alaar Barra Aguirre e Philippe Blecon); e Itaú Unibanco S.A. (p. Carlos Eduardo Mori Peyser). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: Alexandre Rappaport - Presidente; Alaar Barra Aguirre - Secretário. JUCESP nº 256.268/24-1 em 27/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ticket Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 47.866.934/0001-74 - NIRE 35.300.142.560

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 13 de Junho de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 13 de junho de 2024, às 9:30 horas, na sede da **Ticket Serviços S.A.**, localizada Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 7815, 6º e 8º andares, bloco Torre II, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05425-905 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e na Cláusula 3.9 do Acordo de Acionistas vigente e arquivado na sede da Companhia, por estarem presentes à Reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou representado por procurador. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Gilles Andre Coccoli. Secretário: Sr. Alaar Barra Aguirre. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a eleição de membro da Diretoria; (ii) a autorização para a administração da praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização das deliberações a serem tomadas, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem qualquer ressalva ou restrição, deliberaram o seguinte: 5.1. Aprovar a eleição da Sra. **Amanda Pimenta Carlos**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 58.501.981-2 e inscrita no CPF/ME nº 977.544.980-49, no cargo de **Diretora sem Designação Específica**, com um mandato que se encerrará em 18 de fevereiro de 2027. 5.1.1. Registrar que a Diretora **gra e eleita** será investida no respectivo cargo, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, mediante a assinatura do Termo de Posse e declara que (i) não está impedida de exercer a administração de sociedades, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 147 da Lei das S.A.; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, conforme estabelecido pelo §3º do Artigo 147 da Lei das S.A.; e (iii) não ocupa cargo em sociedades que sejam concorrentes da Companhia, ou representem interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos Incisos I e II do §3º, do Artigo 147 da Lei das S.A. 5.2. Em razão das deliberações tomadas nos itens acima, ratificar a composição da Diretoria, a qual é composta pelos seguintes membros: (i) Sr. **Alexandre Rappaport**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 23.102.640-7, inscrito no CPF/ME sob o nº 6.852.188-95, no cargo de **Diretor Presidente**; (ii) Sr. **Alaar Barra Aguirre**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 27.828.629-X SSP/SP e do CPF/ME sob o nº 228.920.951-15, no cargo de **Diretor de Marketing e Relações Institucionais**; (iii) Sr. **Philippe Pierre Marie Blecon**, francês, economista, passaporte nº 21FV03767, inscrito no CPF/ME sob o nº 024.034.898-24, ao cargo de **Diretor Financeiro**; e (iv) **Amanda Pimenta Carlos**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 58.501.981-2 e inscrita no CPF/ME nº 977.544.980-49, sendo todos os diretores residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 7.815, Torre II, 7º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, São Paulo/SP e com mandato até 18 de fevereiro de 2027. 5.3. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização da deliberação acima tomada, inclusive perante os órgãos públicos e terceiros em geral, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia. **6. Encerramento e Aprovação:** Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a Reunião da qual se lavrou a Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos membros do Conselho de Administração presentes. Mesa: Gilles Andre Coccoli - Presidente; Alaar Barra Aguirre - Secretário. Membros do Conselho de Administração: (i) Gilles Andre Coccoli; (ii) Julien Tanguy; (iii) Arnaud Eruilin; (iv) Angelo Russomano; e (v) Alexandre Rappaport. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, SP, 13 de junho de 2024. Mesa: Gilles Andre Coccoli - Presidente; Alaar Barra Aguirre - Secretário. JUCESP nº 253.414/24-6 em 25/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)																																												
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO																																						
Ativo	Nota	2023	2022	Notas	2023	2022	Capital social	Capital social à	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido	Total do Patrimônio líquido e AFAC																																	
Circulante				10	5.695.590	1.200.921																																						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.502.396	5.115.916																																									
Contas a receber	5	5.029.265	112.858																																									
Tributos a recuperar		224.499	141.083																																									
Adiantamento a fornecedores		95.986	921.051																																									
Estoque de imóveis a comercializar	6	118.290.056	95.604.493																																									
Total do ativo circulante		126.142.202	101.895.401																																									
Total do ativo		126.142.202	101.895.401																																									
Passivo																																												
Circulante																																												
Fornecedores	7	106.438	2.448.955																																									
Obrigações tributárias		103.169	70.056																																									
Debêntures	8	11.868.702	142.592																																									
Adiantamentos de clientes		7.405																																										
Total do passivo circulante		12.085.714	2.661.703																																									
Não Circulante																																												
Debêntures	8	60.725.075	69.096.991																																									
Total do passivo não circulante		60.725.075	69.096.991																																									
Patrimônio líquido																																												
Capital social	9.1	53.472.903	28.931.000																																									
Capital social a integralizar	9.1	(1.000)	(1.000)																																									
Prejuízos acumulados		(8.349.769)	(6.968.293)																																									
Total		45.122.134	21.961.707																																									
AFAC	9.2	8.209.278	8.175.000																																									
Total do passivo e patrimônio líquido e AFAC		126.142.202	101.895.401																																									
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																																												
1. Contexto Operacional: A Log II Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. ("Log II" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, regida pelo seu estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis, com sede na Rua Iguaçu, 151, conjunto 202 parte, CEP 01451-011, no Bairro Itaim Bibi em São Paulo/SP, constituída em 05 de maio de 2021. A Companhia tem por objeto a aquisição, desenvolvimento, construção e incorporação imobiliária de imóveis para aluguel e venda, inclusive do empreendimento designado como UrbanHub Osasco, a ser realizado no imóvel localizado na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Alberto Jackson Byington nº 2.990, Industrial Anhanguera, objeto da matrícula nº 26.978, do 2º Oficial de Registro de Imóvel da Cidade de Osasco – SP. O modelo estratégico delineado para a Companhia consiste na venda do empreendimento imobiliário cuja construção foi concluída e todas as licenças de uso foram obtidas em agosto de 2024. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações e o pronunciamento técnico aplicável a Pequenas e Médias Companhias – "PME", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.2. Moeda funcional: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional. 2.3. Aprovação das demonstrações financeiras: A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 16 de fevereiro de 2024. 3. Principais Práticas Contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras representadas por depósitos automáticos. As aplicações financeiras são classificadas em sua maioria na categoria "Ativos financeiros no valor justo por meio do resultado". 3.2. Instrumentos financeiros: Mensuração de ativos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação inicial, à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em (i) custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende da estratégia de negócios, na qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: 1. O montante dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. 2. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. 3.3. Estoques de imóveis a comercializar: Referem-se a custos de aquisição de terrenos, gastos iniciais com projetos e legalização do terreno, materiais, mão de obra e outros custos de construção relacionados e já incorridos. 3.4. Debêntures: As debêntures emitidas são reconhecidas inicialmente, pelo valor de custo no recebimento dos recursos. Em seguida, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis"). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação e o valor de liquidação) é reconhecido no resultado do exercício. Os juros, se estiverem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. As Debêntures são classificadas como passivo não circulante a menos que a tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço. 3.5. Fornecedores: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. 3.6. IRPJ e CSLL: As despesas de IRPJ e CSLL do exercício referem-se ao imposto corrente. O IRPJ e a CSLL são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionada a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos do IRPJ e da CSLL, corrente, são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são calculados por meio da utilização do método das taxas alíquotas de 25% para IRPJ e de 9% para CSLL. 3.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituição contratual de pagar ou transferir recursos, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses contados a partir do balanço. 3.8. Ajuste de Valor Presente e Valor Presente: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu Valor Presente no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 3.9. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando esta possa ser mensurada de forma confiável e com base na medição dos serviços prestados. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação a ser recebida excluindo descontos, abatimentos e impostos. 3.10. Apruração do resultado:																																												
A evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando e divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa prática contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pelo suprimento do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.																																												
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																																												
Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não a garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: 1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; 2. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; 3. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, se houver e das respectivas divulgações feitas																																												
realizada após o recebimento dos recursos, ou, quando esta não ocorrer, em um prazo máximo de até 12 (doze) meses contados da data do recebimento dos valores, mediante a realização de Alteração do Contrato Social da Companhia ("Conversão em Capital"). Em 31 de dezembro de 2023 o adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC e de R\$ 8.209.278. 10. Receita Líquida: A receita líquida está assim representada:																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita de locação</td> <td>6.276.133</td> <td>1.323.329</td> </tr> <tr> <td>Impostos sobre locação</td> <td>(580.543)</td> <td>(122.408)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>5.695.590</td> <td>1.200.921</td> </tr> </tbody> </table>													2023	2022	Receita de locação	6.276.133	1.323.329	Impostos sobre locação	(580.543)	(122.408)	Total	5.695.590	1.200.921																					
	2023	2022																																										
Receita de locação	6.276.133	1.323.329																																										
Impostos sobre locação	(580.543)	(122.408)																																										
Total	5.695.590	1.200.921																																										
11. Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas estão assim representadas:																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Comissões</td> <td>(38.659)</td> <td>(1.944.000)</td> </tr> <tr> <td>Assessoria contábil</td> <td>(49.219)</td> <td>(44.750)</td> </tr> <tr> <td>Despesas com emissão debêntures/ CRI</td> <td>(80.569)</td> <td>(111.705)</td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros pessoa jurídica</td> <td>(103.133)</td> <td>(102.338)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas</td> <td>(26.541)</td> <td>(9.025)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(298.121)</td> <td>(2.211.818)</td> </tr> </tbody> </table>													2023	2022	Comissões	(38.659)	(1.944.000)	Assessoria contábil	(49.219)	(44.750)	Despesas com emissão debêntures/ CRI	(80.569)	(111.705)	Serviços de terceiros pessoa jurídica	(103.133)	(102.338)	Outras despesas	(26.541)	(9.025)	Total	(298.121)	(2.211.818)												
	2023	2022																																										
Comissões	(38.659)	(1.944.000)																																										
Assessoria contábil	(49.219)	(44.750)																																										
Despesas com emissão debêntures/ CRI	(80.569)	(111.705)																																										
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(103.133)	(102.338)																																										
Outras despesas	(26.541)	(9.025)																																										
Total	(298.121)	(2.211.818)																																										
12. Despesas Tributárias: As despesas tributárias estão assim representadas:																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>IPJT</td> <td>(382.547)</td> <td>(380.176)</td> </tr> <tr> <td>TFE</td> <td>(402)</td> <td>(196)</td> </tr> <tr> <td>PIS sobre receitas financeiras</td> <td>(2.651)</td> <td>(11.460)</td> </tr> <tr> <td>COFINS sobre receitas financeiras</td> <td>(16.310)</td> <td>(70.523)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(401.910)</td> <td>(462.355)</td> </tr> </tbody> </table>													2023	2022	IPJT	(382.547)	(380.176)	TFE	(402)	(196)	PIS sobre receitas financeiras	(2.651)	(11.460)	COFINS sobre receitas financeiras	(16.310)	(70.523)	Total	(401.910)	(462.355)															
	2023	2022																																										
IPJT	(382.547)	(380.176)																																										
TFE	(402)	(196)																																										
PIS sobre receitas financeiras	(2.651)	(11.460)																																										
COFINS sobre receitas financeiras	(16.310)	(70.523)																																										
Total	(401.910)	(462.355)																																										
13. Resultado Financeiro: O resultado financeiro está assim representado:																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>389.117</td> <td>1.753.866</td> </tr> <tr> <td>Recebimentos de aplicação financeira</td> <td>18.661</td> <td>9.227</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas financeiras</td> <td>407.778</td> <td>1.763.093</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>(2023)</td> <td>(2022)</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre debêntures/ CRI (a)</td> <td>(3.524.739)</td> <td>(2.927.188)</td> </tr> <tr> <td>Administração monetária passiva</td> <td>(3.213.153)</td> <td>(4.205.469)</td> </tr> <tr> <td>IOF</td> <td>(24.342)</td> <td>(22.610)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas financeiras</td> <td>(16.579)</td> <td>(15.622)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(6.784.813)</td> <td>(7.170.889)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(6.377.035)</td> <td>(5.407.796)</td> </tr> </tbody> </table>													2023	2022	Receitas financeiras	389.117	1.753.866	Recebimentos de aplicação financeira	18.661	9.227	Outras receitas financeiras	407.778	1.763.093	Despesas financeiras	(2023)	(2022)	Juros sobre debêntures/ CRI (a)	(3.524.739)	(2.927.188)	Administração monetária passiva	(3.213.153)	(4.205.469)	IOF	(24.342)	(22.610)	Outras despesas financeiras	(16.579)	(15.622)	Total	(6.784.813)	(7.170.889)	Total	(6.377.035)	(5.407.796)
	2023	2022																																										
Receitas financeiras	389.117	1.753.866																																										
Recebimentos de aplicação financeira	18.661	9.227																																										
Outras receitas financeiras	407.778	1.763.093																																										
Despesas financeiras	(2023)	(2022)																																										
Juros sobre debêntures/ CRI (a)	(3.524.739)	(2.927.188)																																										
Administração monetária passiva	(3.213.153)	(4.205.469)																																										
IOF	(24.342)	(22.610)																																										
Outras despesas financeiras	(16.579)	(15.622)																																										
Total	(6.784.813)	(7.170.889)																																										
Total	(6.377.035)	(5.407.796)																																										
(a) As despesas financeiras oriundas de juros de debêntures até o mês de outubro representam 64% do total de juros incorridos, o valor residual dos juros incorridos foi capitalizado ao custo do imóvel, pois essa proporção captada foi utilizada no desenvolvimento do empreendimento. 14. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias Companhias (NBC TG 1000/CPC para PME (RI)), e são representados por caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e debêntures e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos. Gerenciamento de risco financeiro: a) Visão geral: A Companhia utiliza os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações avançadas com ou outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção ("hedge"); e (ii) não tem operações que requeram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes. Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de capital; Risco de liquidez: A maturidade dos ativos e passivos financeiros, com liquidação em caixa está apresentada a seguir:																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ativos</th> <th>Valor</th> <th>1 ano</th> <th>2 Superior a 2 anos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e equivalente de caixa</td> <td>2.502.396</td> <td>2.502.396</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td>5.029.265</td> <td>5.029.265</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Passivos:</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>106.438</td> <td>106.438</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>72.593.777</td> <td>350.600</td> <td>72.243.178</td> </tr> </tbody> </table>												Ativos	Valor	1 ano	2 Superior a 2 anos	Caixa e equivalente de caixa	2.502.396	2.502.396	-	Contas a receber	5.029.265	5.029.265	-	Passivos:				Fornecedores	106.438	106.438	-	Debêntures	72.593.777	350.600	72.243.178									
Ativos	Valor	1 ano	2 Superior a 2 anos																																									
Caixa e equivalente de caixa	2.502.396	2.502.396	-																																									
Contas a receber	5.029.265	5.029.265	-																																									
Passivos:																																												
Fornecedores	106.438	106.438	-																																									
Debêntures	72.593.777	350.600	72.243.178																																									
Não é esperado que os fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, ocorram antes do prazo previsto ou em montantes significativamente diferentes daqueles apresentados. Em 31 de dezembro de 2023, não há efeito de ajuste a valor presente relevante. Gestão de capital: O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital/patrimônio livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. 15. Provisão para demandas judiciais: A Log II no curso normal de suas operações pode fazer parte em processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e civil em diversas instâncias ajustadas e conhecidas nas datas dos balanços tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores incluindo o opinião dos seus assessores jurídicos externos e a análise das demandas judiciais pendentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não havia processos classificados pelos seus assessores como probabilidade de perda possível ou provável. 16. Outros serviços prestados pelos auditores independentes: A administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não contratou nem teve serviço prestado pela RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda. relacionados a esta Companhia, que não os serviços de auditoria externa, em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. 17. Eventos subsequentes: Houve integração de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) nos montantes de R\$ 8.209.278 relativos a 2023 e R\$ 800.000 relativos a 2024, totalizando R\$ 9.009.278 com assinatura/registro a serem realizados em fevereiro de 2024. 18. Administrador e contador: O Administrador e contador responsáveis pelas demonstrações financeiras são:																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">DIRETORIA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Marco Paes Bailune - Diretor</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Marco Antonio Machado da Silva</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contador - CRC nº 1SP 192661/0-7</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>												DIRETORIA		Marco Paes Bailune - Diretor		Marco Antonio Machado da Silva		Contador - CRC nº 1SP 192661/0-7																										
DIRETORIA																																												
Marco Paes Bailune - Diretor																																												
Marco Antonio Machado da Silva																																												
Contador - CRC nº 1SP 192661/0-7																																												



SÃO MARTINHO TERRAS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ 24.190.700/0001-68

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 EM MILHARES DE REAIS

Balanco Patrimonial				Demonstração do Fluxo de Caixa			
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1.049	Fornecedores		4.322	2.363
Aplicações financeiras	4	60.710	50.162	Tributos a recolher	9	29	39
Contas a receber	5	21.030	16.316	Imposto de renda e contribuição social	9	3.144	2.317
Total do circulante		81.741	67.527	Total do circulante		7.495	4.719
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	7	1.126.665	1.122.165	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	349.240	349.240
Intangível	8	4.076	4.070	Total do não circulante		349.240	349.240
Total do não circulante		1.130.741	1.126.235	Patrimônio líquido	10	95.898	95.898
Total do ativo		1.212.482	1.193.762	Capital social		677.936	677.936
				Reserva de lucros		85.247	65.969
				Total do patrimônio líquido		1.212.482	1.193.762

Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
Ajustes de avaliação patrimonial	Nota	2024	2023	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2022						
Dividendos complementares distribuídos	10 (d)	-	-	(46.000)	(46.000)	(46.000)
Lucro líquido do exercício					69.758	69.758
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas	10 (b)	-	-	2.020	(2.020)	-
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	10 (d)	-	-	-	(16.935)	(16.935)
Antecipação de dividendos	10 (d)	-	-	-	(4.065)	(4.065)
Lucro à disposição da assembleia	10 (d)	-	-	46.738	(46.738)	-
Em 31 de março de 2023						
Dividendos complementares distribuídos	10 (d)	-	-	(46.789)	(46.789)	(46.789)
Lucro líquido do exercício					90.694	90.694
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	10 (d)	-	-	-	(22.674)	(22.674)
Antecipação de dividendos	10 (d)	-	-	-	(5.287)	(5.287)
Lucro à disposição da assembleia	10 (d)	-	-	62.733	(62.733)	-
Em 31 de março de 2024						
						855.742

Demonstração de Resultado				Demonstração de Resultado Abrangente			
Recitas	Nota	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Lucro bruto	12	94.915	72.931	Lucro líquido do exercício		90.694	69.758
Despesas gerais e administrativas	13	(4.974)	(4.378)	Resultado abrangente do exercício		90.694	69.758
Lucro operacional		89.941	68.553				
Resultado financeiro	14	5.787	5.417				
Recitas financeiras		5.787	5.417				
Lucro antes do imposto de renda e do contribuição social		95.728	73.970				
Imposto de renda e contribuição social		(5.034)	(4.212)				
Corrente		(4.974)	(4.378)				
Lucro líquido do exercício		90.694	69.758				
Lucro líquido diluído por ação (em reais)		0,2557	0,2727				

1. Contexto operacional 1.1 **Informações gerais** A São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("Companhia"), foi constituída em 17/02/2016, está sediada na Fazenda São Martinho s/nº, rodovia SP 253 KM 203, estado de São Paulo, e tem como atividade a exploração da atividade agrícola através de contratos de parcerias e arrendamentos. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Pradópolis/SP, e é subsidiária integral da São Martinho S.A. ("SM"). A emissão das demonstrações financeiras em 31/03/2024 será aprovada pela assembleia dos acionistas da Companhia em 28/06/2024. **Conflito Geopolítico** Os conflitos geopolíticos representam um risco para a Companhia. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da empresa. **Variáveis Climáticas** Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente podendo afetar as receitas. **Reforma tributária** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA re-partido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais. **2. Resumo das principais políticas contábeis** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo: **2.1 Base de preparação** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão detalhadas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. **2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31/03/2024. A adoção antecipada de normas, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Alteração ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis** emitida em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *walker* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere à "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. As alterações do CPC 26 têm vigência a partir de 1º/01/2024, no caso da Companhia, a partir de 1º/04/2024. **Alteração ao CPC 6 – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2024, no caso da Companhia, a partir de 1º/04/2024. **Alteração ao CPC 3 – Demonstração dos fluxos de caixa:** a alteração emitida em maio de 2023 descreve as características de acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas operações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2024, no caso da Companhia, a partir de 1º/04/2024. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal am-

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas São Martinho Terras Agrícolas S.A. Pradópolis - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela

avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, o conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam adequadamente as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam adequadamente as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam adequadamente as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam adequadamente as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam adequadamente as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam adequadamente as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam adequadamente as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam adequadamente as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam adequadamente as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam adequadamente as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam adequadamente as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

apropriados às circunstâncias,

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C0D7-4CE0-E96D-FB58> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C0D7-4CE0-E96D-FB58



Hash do Documento

E06A16A5C5B1B8923DF096E359552D3957E7D1555D7C2D745CDE4301038D31A5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/07/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 17/07/2024 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

